



### CHECKLIST P/ CONTRATO 2023

ITEM	DEPARTAMENTO	DOCUMENTO	DATA	SITUAÇÃO
01	SOLICITANTE	CAPA	-	OK
02	SOLICITANTE	REQUERIMENTO	27/01	OK
03	SOLICITANTE	MEMORANDO 003	27/01	OK
04	CPL	AUTUAÇÃO	27/01	OK
05	SOLICITANTE	TERMO DE REFERENCIA	27/01	OK
06	JURIDICO	PARECER JURIDICO	31/01	OK
07	COMPRAS	3 ORÇAMENTOS 30 e	31/01	OK
08	CONTABILIDADE	NOTA DE EMPENHO	31/01	OK
09	COMPRAS	ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA (QUANDO FOR O CASO)	-	-
10	DOCUMENTOS DA EMPRESA	<b>CARTÃO CNPJ</b>	18/01	OK
		<b>CERTIDÃO NEGATIVA FGTS</b>	18/01	OK
		<b>CERTIDÃO MUNICIPAL DE DOMICILIO DO CONTRATADO</b>	03/02	OK
		<b>CERTIDÃO ESTADUAL</b>	18/01	OK
		<b>CERTIDÃO FEDERAL ( TRIBUTOS FEDERAIS E DIVIDA ATIVA DA UNIÃO)</b>	18/01	OK
		<b>CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITOS TRABALHISTA</b>	18/01	OK
		<b>CONTRATO SOCIAL OU REGISTRO COMERCIAL NO CASO DE FIRMA INDIVIDUAL</b>	-	OK
		<b>RG E CPF DO RESPONSAVEL LEGAL DA EMPRESA</b>	-	OK
		<b>COMPROVANTE DE RESIDENCIA</b>	-	OK
		<b>ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO</b>	-	OK
11	SOLICITANTE	JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO, DO PREÇO E RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR	31/01	OK
12	CPL	DECRETO DA CPL	-	OK
13	CPL	ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO	31/01	OK
14	GESTOR/SEC.	RATIFICAÇÃO DE DISPENSA	31/01	OK
15	CONTROL. GERAL	PARECER TECNICO	31/01	OK
16	GESTORA DE CONTRATOS	<b>CONTRATO 027/2023</b>	01/02	OK
17		<b>EXTRATO DO CONTRATO</b>	01/02	OK
18	COMPRAS	SOLICITAÇÃO	01/02	OK
19	FISCAL	DECRETO DO FISCAL DE CONTRATO	-	OK
20	GEST. CONTRATOS	PUBLICAÇÃO	-	OK

Borracharia

João  
Carmo

Agricultura

**Processo Administrativo nº: 056/2023**

**Modalidade: Dispensa de Licitação nº 037/2023**

**Interessado:** SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

**Objeto da Solicitação:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA, NECESSÁRIOS PARA AS MÁQUINAS PESADAS, CAMINHÕES, TRATORES E VEÍCULOS LEVES, LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FATIMA – TO.

## REQUERIMENTO

Eu, **Alair Francisco da Silva**, inscrito no **CPF648.853.561-72** e **RG2965797 SSP/TO**, residente e domicílio na Avenida Araguaia s/n, centro no município de Oliveira de Fátima – TO. Na **função de Diretor Geral da Secretaria de Agricultura**, venho através deste requerer que sejam providenciada do seguinte item abaixo, tendo em vista que há necessidade do mesmo, para Serviços de Borracharia, necessários para as Máquinas Pesadas, Caminhões, Tratores e Veículos Leves, Lotados na Secretaria Municipal de Agricultura.

I.	Serviços/Estabelecidos	Quantidade de Serviços
	<b>PATROL</b>	
01	CONSERTO PNEU DIANTEIRO E TRAZEIRO 1400X24	6
02	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO E TRAZEIRO 1400X24	6
03	TROCA PNEU DIANTEIRO E TRAZEIRO 1400X24	5
	<b>CAÇAMBA BASCULANTE ATROM</b>	
04	CONSERTO PNEU 295/80R22,5	20
05	MONTAGEM PNEU 295/80R22,5	20
06	TROCA PNEU 295/80R22,5	20
	<b>TANQUE DE AGUA</b>	
07	CONSERTO PNEU 750X16	6
08	MONTAGEM PNEU 750X16	6
09	TROCA PNEU 750X16	6
	<b>CARRETAS DE ARRASTRO I</b>	
10	CONSERTO PNEU 750X16	4
11	MONTAGEM PNEU 750X16	4
12	TROCA PNEU 750X16	5
	<b>CARRETAS DE ARRASTRO II</b>	
13	CONSERTO PNEU 750X16	6
14	MONTAGEM PNEU 750X16	8
15	TROCA PNEU 750X16	8
	<b>ESPARRAMADEIRA DE CALCARIA 3500 KG</b>	
16	CONSERTO PNEU 750X16	4
17	MONTAGEM PNEU 750X16	4
18	TROCA PNEU 750X16	4
	<b>ESPARRAMADEIRA DE CALCARIA 5000 KG</b>	
19	CONSERTO PNEU 750X16	4
20	MONTAGEM PNEU 750X16	3
21	TROCA PNEU 750X16	3
	<b>1 GRADE DE ARRASTRO</b>	
		4

Alair F.S

22	CONCERTO PNEU 750X16	
23	MONTAGEM PNEU 750X16	4
24	TROCA PNEU 750X16	3
	<b>GRADE HIDRAULICA I</b>	
25	CONCERTO PNEU 750X16	10
26	MONTAGEM PNEU 750X16	4
27	TROCA PNEU 750X16	4
	<b>GRADE HIDRAULICA II</b>	
28	CONCERTO PNEU 750X16	10
29	MONTAGEM PNEU 750X16	4
30	TROCA PNEU 750X16	3
	<b>GRADE HIDRAULICA III</b>	
31	CONCERTO PNEU 750X16	8
32	MONTAGEM PNEU 750X16	4
33	TROCA PNEU 750X16	4
	<b>TRATOR CASE I - DIANTEIRO</b>	
34	CONCERTO PNEU DIANTEIRO14-09-24	2
35	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO14-09-24	2
36	TROCA PNEU DIANTEIRO14-09-24	2
	<b>TRATOR CASE II - DIANTEIRO</b>	
37	CONCERTO PNEU DIANTEIRO14-09-24	2
38	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO14-09-24	2
39	TROCA PNEU DIANTEIRO14-09-24	2
	<b>TRATOR CASE I - TRAZEIRO</b>	
40	CONCERTO PNEU TRAZEIRO 18-04-34	2
41	MONTAGEM PNEU TRAZEIRO 18-04-34	2
42	TROCA PNEU TRAZEIRO 18-04-34	2
	<b>TRATOR CASE II - TRAZEIRO</b>	
43	CONCERTO PNEU TRAZEIRO 18-04-34	2
44	MONTAGEM PNEU TRAZEIRO 18-04-34	2
45	TROCA PNEU TRAZEIRO 18-04-34	2
	<b>TRATOR JD 5700 - TRAZEIRO</b>	
46	CONCERTO PNEU TRAZEIRO 18-04-34	4
47	MONTAGEM PNEU TRAZEIRO 18-04-34	3
48	TROCA PNEU TRAZEIRO 18-04-34	2
	<b>TRATOR JD 5700 - DIANTEIRO</b>	
49	CONCERTO PNEU DIANTEIRO 07-50-18	8
50	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO 07-50-18	6
51	TROCA PNEU DIANTEIRO 07-50-18	4
	<b>TRATOR 4030 - TRAZEIRO</b>	

Maui P.S

52	CONSERTO PNEU TRAZEIRO 18-04-30	4
53	MONTAGEM PNEU TRAZEIRO18-04-30	4
54	TROCA PNEU TRAZEIRO18-04-30	3
	<b>TRATOR TT75 - TRAZEIRO</b>	
55	CONSERTO PNEU TRAZEIRO 18-04-30	6
56	MONTAGEM PNEU TRAZEIRO18-04-30	4
57	TROCA PNEU TRAZEIRO18-04-30	3
	<b>TRATOR TT4.75 - TRAZEIRO</b>	
58	CONSERTO PNEU TRAZEIRO 18-04-30	8
59	MONTAGEM PNEU TRAZEIRO18-04-30	4
60	TROCA PNEU TRAZEIRO18-04-30	3
	<b>TRATOR 4030 - DIANTEIRO</b>	
61	CONSERTO PNEU DIANTEIRO 12-04-24	6
62	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO 12-04-24	6
63	TROCA PNEU DIANTEIRO 12-04-24	4
	<b>TRATOR TT75 - DIANTEIRO</b>	
64	CONSERTO PNEU DIANTEIRO 12-04-24	6
65	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO 12-04-24	3
66	TROCA PNEU DIANTEIRO 12-04-24	4
	<b>TRATOR TT4.75 - DIANTEIRO</b>	
67	CONSERTO PNEU DIANTEIRO 12-04-24	4
68	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO 12-04-24	4
69	TROCA PNEU DIANTEIRO 12-04-24	4
	<b>PÁ CARREGADEIRA</b>	
70	CONSERTO PNEU 17-06-25	8
71	MONTAGEM PNEU 17-06-25	6
72	TROCA PNEU 17-06-25	6
	<b>FIAT FIORINO</b>	
73	CONSERTO PNEU 175/70 13	8
74	MONTAGEM PNEU 175/70 13	6
75	TROCA PNEU 175/70 13	6
	<b>PLANTADEIRA 13 LINHA BALDAN</b>	
76	CONSERTO PNEU 5/60 15	5
77	MONTAGEM PNEU 5/60 15	3
78	TROCA PNEU 5/60 15	3
	<b>RETRO ESCAVADEIRA XCMG - DIANTEIRO</b>	
79	CONSERTO PNEU DIANTEIRO 12/16 5	10
80	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO 12/16 5	10
81	TROCA PNEU DIANTEIRO 12/16 5	6

Mois F.S

<b>RETRO ESCAVADEIRA XCMG - TRAZEIRO</b>		
82	CONCERTO PNEU TRAZEIRO 19/5L 24	6
83	MONTAGEM PNEU TRAZEIRO 19/5L 24	8
84	TROCA PNEU TRAZEIRO 19/5L 24	4
<b>CAMINHOES, TRATORES, CARRETAS, IMPLEMENTOS E MAQUINAS E VEICULOS LEVES</b>		
85	REPARO EM PNEUS DE CAMINHÃO E MAQUINAS COM MANCHÃO nº 05	20
86	REPARO EM PNEUS DE CAMINHÃO E MAQUINAS COM MANCHÃO nº 04	20
87	REPARO EM PNEUS DE CAMINHÃO E MAQUINAS COM MANCHÃO nº 08	20
<b>CAMINHOES, TRATORES, CARRETAS, IMPLEMENTOS E MAQUINAS</b>		
88	BICO DE PNEU DE VEICULOS LEVES	20
89	BICO DE PNEU DE TRATORES E MAQUINAS PESADAS	20
90	BICO DE PNEU DO CAMINHÃO BASCULANTE	20

Oliveira de Fátima – TO, 27 de Janeiro de 2023.

*Alair Francisco da Silva*

**Alair Francisco da Silva**  
**Diretor Geral da Secretaria de Agricultura**

<b>Nº: 003/2023</b>	<b>Memorando</b>
<b>Data: 27/01/2023</b>	<b>Setor Solicitante: SECRETARIA DE AGRICULTURA</b> <b>Responsável pela solicitação: Erasmo Fontes Da Luz</b>
<b>Material:</b> <input type="checkbox"/> Limpeza <input type="checkbox"/> Permanente <input type="checkbox"/> Consumo <input checked="" type="checkbox"/> Serviços <input type="checkbox"/> Construção <input type="checkbox"/> Aquisição	
<b>SECRETARIA</b>	
_ Existe a necessidade de Serviços descrito abaixo, dos Serviços de Borracharias, da Secretaria Municipal de Agricultura.	
 Erasmo Fontes Da Luz Secretário De Agricultura	
Senhora: Diretora de Compras: JULIANA RODRIGUES LOPES MODESTO. Solicito a Vossa Senhoria que seja feita os seguintes serviços:	

Item.	Serviços/Estabelecidos	Quantidade de Serviços
	<b>PATROL</b>	
01	CONSERTO PNEU DIANTEIRO E TRAZEIRO 1400X24	6
02	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO E TRAZEIRO 1400X24	6
03	TROCA PNEU DIANTEIRO E TRAZEIRO 1400X24	5
	<b>CAÇAMBA BASCULANTE ATROM</b>	
04	CONSERTO PNEU 295/80R22,5	20
05	MONTAGEM PNEU 295/80R22,5	20
06	TROCA PNEU 295/80R22,5	20
	<b>TANQUE DE AGUA</b>	
07	CONSERTO PNEU 750X16	6
08	MONTAGEM PNEU 750X16	6
09	TROCA PNEU 750X16	6
	<b>CARRETAS DE ARRASTRO I</b>	
10	CONSERTO PNEU 750X16	4
11	MONTAGEM PNEU 750X16	4
12	TROCA PNEU 750X16	5
	<b>CARRETAS DE ARRASTRO II</b>	
13	CONSERTO PNEU 750X16	6
14	MONTAGEM PNEU 750X16	8
15	TROCA PNEU 750X16	8
	<b>ESPARRAMADEIRA DE CALCARIA 3500 KG</b>	
16	CONSERTO PNEU 750X16	4
		4

*Manir F.S*

17	MONTAGEM PNEU 750X16	
18	TROCA PNEU 750X16	4
	<b>ESPARRAMADEIRA DE CALCARIA 5000 KG</b>	
19	CONSERTO PNEU 750X16	4
20	MONTAGEM PNEU 750X16	3
21	TROCA PNEU 750X16	3
	<b>1 GRADE DE ARRASTRO</b>	
22	CONSERTO PNEU 750X16	4
23	MONTAGEM PNEU 750X16	4
24	TROCA PNEU 750X16	3
	<b>GRADE HIDRAULICA I</b>	
25	CONSERTO PNEU 750X16	10
26	MONTAGEM PNEU 750X16	4
27	TROCA PNEU 750X16	4
	<b>GRADE HIDRAULICA II</b>	
28	CONSERTO PNEU 750X16	10
29	MONTAGEM PNEU 750X16	4
30	TROCA PNEU 750X16	3
	<b>GRADE HIDRAULICA III</b>	
31	CONSERTO PNEU 750X16	8
32	MONTAGEM PNEU 750X16	4
33	TROCA PNEU 750X16	4
	<b>TRATOR CASE I - DIANTEIRO</b>	
34	CONSERTO PNEU DIANTEIRO14-09-24	2
35	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO14-09-24	2
36	TROCA PNEU DIANTEIRO14-09-24	2
	<b>TRATOR CASE II - DIANTEIRO</b>	
37	CONSERTO PNEU DIANTEIRO14-09-24	2
38	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO14-09-24	2
39	TROCA PNEU DIANTEIRO14-09-24	2
	<b>TRATOR CASE I - TRAZEIRO</b>	
40	CONSERTO PNEU TRAZEIRO 18-04-34	2
41	MONTAGEM PNEU TRAZEIRO 18-04-34	2
42	TROCA PNEU TRAZEIRO 18-04-34	2
	<b>TRATOR CASE II - TRAZEIRO</b>	
43	CONSERTO PNEU TRAZEIRO 18-04-34	2
44	MONTAGEM PNEU TRAZEIRO 18-04-34	2
45	TROCA PNEU TRAZEIRO 18-04-34	2
	<b>TRATOR JD 5700 - TRAZEIRO</b>	
46	CONSERTO PNEU TRAZEIRO 18-04-34	4



Maio F.S

47	MONTAGEM PNEU TRAZEIRO 18-04-34	3
48	TROCA PNEU TRAZEIRO 18-04-34	2
	<b>TRATOR JD 5700 - DIANTEIRO</b>	
49	CONSERTO PNEU DIANTEIRO 07-50-18	8
50	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO 07-50-18	6
51	TROCA PNEU DIANTEIRO 07-50-18	4
	<b>TRATOR 4030 - TRAZEIRO</b>	
52	CONSERTO PNEU TRAZEIRO 18-04-30	4
53	MONTAGEM PNEU TRAZEIRO18-04-30	4
54	TROCA PNEU TRAZEIRO18-04-30	3
	<b>TRATOR TT75 - TRAZEIRO</b>	
55	CONSERTO PNEU TRAZEIRO 18-04-30	6
56	MONTAGEM PNEU TRAZEIRO18-04-30	4
57	TROCA PNEU TRAZEIRO18-04-30	3
	<b>TRATOR TT4.75 - TRAZEIRO</b>	
58	CONSERTO PNEU TRAZEIRO 18-04-30	8
59	MONTAGEM PNEU TRAZEIRO18-04-30	4
60	TROCA PNEU TRAZEIRO18-04-30	3
	<b>TRATOR 4030 - DIANTEIRO</b>	
61	CONSERTO PNEU DIANTEIRO 12-04-24	6
62	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO 12-04-24	6
63	TROCA PNEU DIANTEIRO 12-04-24	4
	<b>TRATOR TT75 - DIANTEIRO</b>	
64	CONSERTO PNEU DIANTEIRO 12-04-24	6
65	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO 12-04-24	3
66	TROCA PNEU DIANTEIRO 12-04-24	4
	<b>TRATOR TT4.75 - DIANTEIRO</b>	
67	CONSERTO PNEU DIANTEIRO 12-04-24	4
68	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO 12-04-24	4
69	TROCA PNEU DIANTEIRO 12-04-24	4
	<b>PÁ CARREGADEIRA</b>	
70	CONSERTO PNEU 17-06-25	8
71	MONTAGEM PNEU 17-06-25	6
72	TROCA PNEU 17-06-25	6
	<b>FIAT FIORINO</b>	
73	CONSERTO PNEU 175/70 13	8
74	MONTAGEM PNEU 175/70 13	6
75	TROCA PNEU 175/70 13	6
	<b>PLANTADEIRA 13 LINHA BALDAN</b>	

Alair F.S

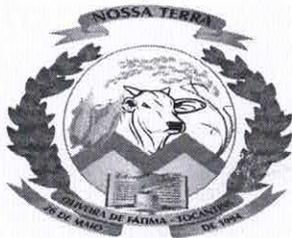
76	CONCERTO PNEU 5/60 15	5
77	MONTAGEM PNEU 5/60 15	3
78	TROCA PNEU 5/60 15	3
	<b>RETRO ESCAVADEIRA XCMG - DIANTEIRO</b>	
79	CONCERTO PNEU DIANTEIRO 12/16 5	10
80	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO 12/16 5	10
81	TROCA PNEU DIANTEIRO 12/16 5	6
	<b>RETRO ESCAVADEIRA XCMG - TRAZEIRO</b>	
82	CONCERTO PNEU TRAZEIRO 19/5L 24	6
83	MONTAGEM PNEU TRAZEIRO 19/5L 24	8
84	TROCA PNEU TRAZEIRO 19/5L 24	4
	<b>CAMINHOES, TRATORES, CARRETAS, IMPLEMENTOS E MAQUINAS E VEICULOS LEVES</b>	
85	REPARO EM PNEUS DE CAMINHÃO E MAQUINAS COM MANCHÃO nº 05	20
86	REPARO EM PNEUS DE CAMINHÃO E MAQUINAS COM MANCHÃO nº 04	20
87	REPARO EM PNEUS DE CAMINHÃO E MAQUINAS COM MANCHÃO nº 08	20
	<b>CAMINHOES, TRATORES, CARRETAS, IMPLEMENTOS E MAQUINAS</b>	
88	BICO DE PNEU DE VEICULOS LEVES	20
89	BICO DE PNEU DE TRATORES E MAQUINAS PESADAS	20
90	BICO DE PNEU DO CAMINHÃO BASCULANTE	20

Estou de acordo com a solicitação e justificativa.



Oliveira de Fátima – TO, 27 de Janeiro de 2023.





## CERTIDÃO DE AUTUAÇÃO

Certifico que em 27 dias do mês de Janeiro de 2023, na Sala da Seção de Licitações e Contratos, autuei o presente procedimento licitatório, com os documentos que o instruem e, para constar, faço esta autuação.

  
\_\_\_\_\_  
**ALDEMIR GONÇALVES GUIMARÃES**  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO



Processo Administrativo nº 056/2023

Dispensa de Licitação nº 037/2023

ANEXO I

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 – DO OBJETO**

A presente solicitação tem como objeto para prestação de serviço de Borracharia, necessários para as Máquinas Pesadas, Caminhões, Tratores e Veículos Leves, Lotados na Secretaria Municipal de Agricultura.

**2 – DAS DESCRIÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO**

ITEM	QUANT.	UNID.	ESTIMATIVA DE DESPESA	DESCRIÇÃO DOS AQUISIÇÃO
01	560	Serv	R\$ 36.749,66	Prestação de Serviços de Borracharia, necessários para as Máquinas Pesadas, Caminhões, Tratores e Veículos Leves, Lotados na Secretaria Municipal de Agricultura.
	GERAL		R\$ 36.749,66	

**3 – DA FINALIDADE E JUSTIFICATIVA**

3.1. Prestação de Serviços de Borracharia, necessários para as Máquinas Pesadas, Caminhões, Tratores e Veículos Leves, Lotados na Secretaria Municipal de Agricultura

Tal justificativa se enquadra no Art.75, II da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, onde diz que para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras, é dispensável a licitação.

Ressalta-se por oportuno que, a estimativa de preço fora calculada na forma estabelecida no art. 23 da Lei 14.133/21.

**4 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

4.1. As despesas decorrentes do presente processo correrão conforme a seguinte Dotação Orçamentária:

Secretaria	Dotação	Elemento	DC
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	20.606.1014.2176	3.3.90.39	119



## 5 – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

5.1. Prestação de Serviços de Borracharia, necessários para as Máquinas Pesadas, Caminhões, Tratores e Veículos Leves, Lotados na Secretaria Municipal de Agricultura, devem ser fornecidos de acordo as necessidades da Secretaria da Agricultura, que fica localizado na Av Bernardo Sayão, s/nº centro, OLIVEIRA DE FÁTIMA - TO.

## 6 – DO PAGAMENTO.

6.1 Fica expressamente estabelecido que o Serviços devera apresentar as certidões no ato do pagamento ,os preços contratados incluem todos os custos diretos e indiretos para a aquisição.

6.2 Os preços contratuais serão fixos e irreajustáveis pelo período do contrato.

6.3.Os pagamentos serão efetuados mediante apresentação de Nota Fiscal, e liberação do setor competente, tendo em vista a peculiaridade do caso.

6.4. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao contratado para as devidas correções. O pagamento será feito mediante cheque e/ ou crédito, em nome do Contratado.

## 7 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei 14.133/21, são obrigações da Contratada:

- a) A EMPRESA obriga-se prestar serviços em perfeita harmonia e concordância com as normas adotadas pelo Secretaria da Agricultura, com especial observância da lei vigente.
- b) Realizar as aquisições conforme solicitado, demonstrando aptidão que satisfaça a necessidade do contratante.
- c) Manter o contrato observando sempre a legislação vigente aplicável à espécie.
- d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de serviços que se fizerem necessários, até os limites previstos no art 75, § 2º da Lei 14.133/21, inclusive quanto aos valores, tendo como base o valor inicial da aquisição, de justificativa técnica por parte da Secretaria da Agricultura.

7.2. Além das obrigações resultantes da observância da Lei 14.133/21 são Obrigações da Contratante:

- a) Efetuar os pagamentos no prazo de até 30 (trinta) dias da data da entrada das notas fiscais/faturas no Protocolo da Prefeitura, após as mesmas serem conferidas e atestadas pelo funcionário responsável pelo setor.
- b) Fica facultado a PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE FÁTIMA-TO, a antecipação de pagamentos de notas fiscais. mediante descontos previamente acordados.

## 8 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



8.1. Além do direito ao ressarcimento por eventuais perdas e danos causados pela CONTRATADA, por descumprir compromissos contratuais definidos neste instrumento, poderão, ser-lhe impostas, sem prejuízo das sanções elencadas no artigo 75 da Lei nº 14.133/21, as seguintes penalidades.

I - Advertência;

II - Suspensão do direito de licitar e vender com a PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE FATIMA - TO;

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no caso de reincidência em falta grave;

IV - Pagamento de multa, o valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor do contrato;

As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade na infração, facultada ampla defesa à EMPRESA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato;

Advertência, que será aplicada sempre por escrito;

Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito;

O atraso injustificado na prestação de serviço, sujeitará a Adjudicatária à multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor da contratação;

Se o total da multa atingir um valor igual ou superior a 1 % (um por cento) da contratação, a Adjudicatária poderá ser declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública;

Prefeitura municipal de Oliveira de Fátima-TO, aos 31 dias de Janeiro de 2023.



Erasmo Fontes Da Luz  
Secretário De Agricultura

**ORÇAMENTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE FÁTIMA -**  
**TO**  
**SECRETÁRIA DA AGRICULTURA**  
**CNPJ: 01.629.809.0001/40**

**BORRACHARIA DO ZÉ**

**JOSÉ EDIVANE LOPES BEZERRA**

**CPF: 011.692.121-82**

**ENDEREÇO: AVENIDA BERNARDO SAYÃO, ENTRONCAMENTO COM RUA 04 S/N,  
 CENTRO, FÁTIMA – TO.**

**31 de JANEIRO DE 2023**

**VÁLIDADE 60 DIAS**

**SERVIÇOS DE BORRACHARIA - MAQUINAS PESADAS, CAMINHÃO, TRATOR E VEICULOS LEVES**

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO DOS ITENS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		<b>PATROL</b>		
01	6	CONserto PNEU DIANTEIRO E TRAZEIRO 1400X24	114,00	684,00
02	6	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO E TRAZEIRO 1400X24	93,00	558,00
03	5	TROCA PNEU DIANTEIRO E TRAZEIRO 1400X24	83,00	415,00
		<b>CACAMBA BASCULANTE ATROM</b>		
04	20	CONserto PNEU 295/80R22,5	93,00	1.860,00
05	20	MONTAGEM PNEU 295/80R22,5	52,00	1.040,00
06	20	TROCA PNEU 295/80R22,5	41,00	820,00
		<b>TANQUE DE AGUA</b>		
07	6	CONserto PNEU 750X16	46,00	276,00
08	6	MONTAGEM PNEU 750X16	41,00	246,00
09	6	TROCA PNEU 750X16	31,00	186,00
		<b>CARRETAS DE ARRASTRO I</b>		
10	4	CONserto PNEU 750X16	46,00	184,00
11	4	MONTAGEM PNEU 750X16	41,00	164,00
12	5	TROCA PNEU 750X16	31,00	155,00
		<b>CARRETAS DE ARRASTRO II</b>		
13	6	CONserto PNEU 750X16	46,00	276,00
14	8	MONTAGEM PNEU 750X16	41,00	328,00
15	8	TROCA PNEU 750X16	31,00	248,00




		<b>ESPARRAMADEIRA DE CALCARIA 3500 KG</b>		
16	4	CONSERTO PNEU 750X16	46,00	184,00
17	4	MONTAGEM PNEU 750X16	41,00	164,00
18	4	TROCA PNEU 750X16	31,00	124,00
		<b>ESPARRAMADEIRA DE CALCARIA 5000 KG</b>		
19	4	CONSERTO PNEU 750X16	46,00	184,00
20	3	MONTAGEM PNEU 750X16	41,00	123,00
21	3	TROCA PNEU 750X16	31,00	93,00
		<b>1 GRADE DE ARRASTRO</b>		
22	4	CONSERTO PNEU 750X16	46,00	184,00
23	4	MONTAGEM PNEU 750X16	41,00	164,00
24	3	TROCA PNEU 750X16	31,00	93,00
		<b>GRADE HIDRAULICA I</b>		
25	10	CONSERTO PNEU 750X16	46,00	460,00
26	4	MONTAGEM PNEU 750X16	41,00	164,00
27	4	TROCA PNEU 750X16	31,00	124,00
		<b>GRADE HIDRAULICA II</b>		
28	10	CONSERTO PNEU 750X16	46,00	460,00
29	4	MONTAGEM PNEU 750X16	41,00	164,00
30	3	TROCA PNEU 750X16	31,00	93,00
		<b>GRADE HIDRAULICA III</b>		
31	8	CONSERTO PNEU 750X16	46,00	368,00
32	4	MONTAGEM PNEU 750X16	41,00	164,00
33	4	TROCA PNEU 750X16	31,00	124,00
		<b>TRATOR CASE I - DIANTEIRO</b>		
34	2	CONSERTO PNEU DIANTEIRO14-09-24	72,00	144,00
35	2	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO14-09-24	62,00	124,00
36	2	TROCA PNEU DIANTEIRO14-09-24	46,00	92,00
		<b>TRATOR CASE II - DIANTEIRO</b>		
37	2	CONSERTO PNEU DIANTEIRO14-09-24	72,00	144,00
38	2	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO14-09-24	62,00	124,00
39	2	TROCA PNEU DIANTEIRO14-09-24	46,00	92,00
		<b>TRATOR CASE I - TRAZEIRO</b>		
40	2	CONSERTO PNEU TRAZEIRO 18-04-34	166,00	332,00
41	2	MONTAGEM PNEU TRAZEIRO 18-04-34		

42	2	TROCA PNEU TRAZEIRO 18-04-34	135,00	270,00
			104,00	208,00
		<b>TRATOR CASE II - TRAZEIRO</b>		
43	2	CONSERTO PNEU TRAZEIRO 18-04-34		
44	2	MONTAGEM PNEU TRAZEIRO 18-04-34	166,00	332,00
45	2	TROCA PNEU TRAZEIRO 18-04-34	135,00	270,00
			104,00	208,00
		<b>TRATOR JD 5700 - TRAZEIRO</b>		
46	4	CONSERTO PNEU TRAZEIRO 18-04-34		
47	3	MONTAGEM PNEU TRAZEIRO 18-04-34	166,00	664,00
48	2	TROCA PNEU TRAZEIRO 18-04-34	135,00	405,00
			104,00	208,00
		<b>TRATOR JD 5700 - DIANTEIRO</b>		
49	8	CONSERTO PNEU DIANTEIRO 07-50-18		
50	6	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO 07-50-18	52,00	416,00
51	4	TROCA PNEU DIANTEIRO 07-50-18	46,00	276,00
			36,00	144,00
		<b>TRATOR 4030 - TRAZEIRO</b>		
52	4	CONSERTO PNEU TRAZEIRO 18-04-30		
53	4	MONTAGEM PNEU TRAZEIRO 18-04-30	166,00	664,00
54	3	TROCA PNEU TRAZEIRO 18-04-30	135,00	540,00
			104,00	312,00
		<b>TRATOR TT75 - TRAZEIRO</b>		
55	6	CONSERTO PNEU TRAZEIRO 18-04-30		
56	4	MONTAGEM PNEU TRAZEIRO 18-04-30	166,00	996,00
57	3	TROCA PNEU TRAZEIRO 18-04-30	135,00	540,00
			104,00	312,00
		<b>TRATOR TT4.75 - TRAZEIRO</b>		
58	8	CONSERTO PNEU TRAZEIRO 18-04-30		
59	4	MONTAGEM PNEU TRAZEIRO 18-04-30	166,00	1.328,00
60	3	TROCA PNEU TRAZEIRO 18-04-30	135,00	540,00
			104,00	312,00
		<b>TRATOR 4030 - DIANTEIRO</b>		
61	6	CONSERTO PNEU DIANTEIRO 12-04-24		
62	6	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO 12-04-24	72,00	432,00
63	4	TROCA PNEU DIANTEIRO 12-04-24	41,00	246,00
			46,00	184,00
		<b>TRATOR TT75 - DIANTEIRO</b>		
64	6	CONSERTO PNEU DIANTEIRO 12-04-24		
65	3	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO 12-04-24	72,00	432,00
66	4	TROCA PNEU DIANTEIRO 12-04-24	41,00	123,00
			46,00	184,00
		<b>TRATOR TT4.75 - DIANTEIRO</b>		

67	4	CONSERTO PNEU DIANTEIRO 12-04-24		
68	4	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO 12-04-24	72,00	288,00
69	4	TROCA PNEU DIANTEIRO 12-04-24	41,00	164,00
			46,00	184,00
		<b>PÁ CARREGADEIRA</b>		
70	8	CONSERTO PNEU 17-06-25		
71	6	MONTAGEM PNEU 17-06-25	166,00	1.328,00
72	6	TROCA PNEU 17-06-25	135,00	810,00
			104,00	624,00
		<b>FIAT FIORINO</b>		
73	8	CONSERTO PNEU 175/70 13		
74	6	MONTAGEM PNEU 175/70 13	52,00	416,00
75	6	TROCA PNEU 175/70 13	41,00	246,00
			26,00	156,00
		<b>PLANTADEIRA 13 LINHA BALDAN</b>		
76	5	CONSERTO PNEU 5/60 15		
77	3	MONTAGEM PNEU 5/60 15	52,00	260,00
78	3	TROCA PNEU 5/60 15	41,00	123,00
			26,00	78,00
		<b>RETRO ESCAVADEIRA XCMG - DIANTEIRO</b>		
79	10	CONSERTO PNEU DIANTEIRO 12/16 5		
80	10	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO 12/16 5	72,00	720,00
81	6	TROCA PNEU DIANTEIRO 12/16 5	52,00	520,00
			36,00	216,00
		<b>RETRO ESCAVADEIRA XCMG - TRAZEIRO</b>		
82	6	CONSERTO PNEU TRAZEIRO 19/5L 24		
83	8	MONTAGEM PNEU TRAZEIRO 19/5L 24	135,00	810,00
84	4	TROCA PNEU TRAZEIRO 19/5L 24	114,00	912,00
			83,00	332,00
		<b>CAMINHOS, TRATORES, CARRETAS, IMPLEMENTOS E MAQUINAS E VEICULOS LEVES</b>		
85	20	REPARO EM PNEUS DE CAMINHÃO E MAQUINAS COM MANCHÃO n° 05	52,00	1.040,00
86	20	REPARO EM PNEUS DE CAMINHÃO E MAQUINAS COM MANCHÃO n° 04	41,00	820,00
87	20	REPARO EM PNEUS DE CAMINHÃO E MAQUINAS COM MANCHÃO n° 08	120,00	2.400,00
		<b>CAMINHOS, TRATORES, CARRETAS, IMPLEMENTOS E MAQUINAS</b>		
88	20	BICO DE PNEU DE VEICULOS LEVES		
89	20	BICO DE PNEU DE TRATORES E MAQUINAS PESADAS	20,00	400,00
90	20	BICO DE PNEU DO CAMINHAO BASCULANTE	41,00	820,00
			36,00	720,00
		<b>TOTAL</b>		<b>36.859,00</b>

**JOSE EDIVANE LOPES BEZERRA**  
**CPF: 011.692.121-82**

*Jose Edivane Lopes Bezerra*

# ORÇAMENTO

## PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE FÁTIMA - TO SECRETÁRIA DA AGRICULTURA

CNPJ: 01.629.809.0001/40

**JOÃO DO CARMO RIBEIRO DOS SANTOS**

**CNPJ: 15.151.736/0001-38**

**ROD BR 153 KM 558 ZONA RURAL, S/N, BR-153**

**CONTATO: (63) 3365-1378**

LOTE 01 - SERVIÇOS DE BORRACHARIA - MAQUINAS PESADAS, CAMINHÃO, TRATOR E VEICULOS LEVES

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO DOS ITENS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		<b>PATROL</b>		
01	6	CONSERTO PNEU DIANTEIRO E TRAZEIRO 1400X24	110,00	660,00
02	6	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO E TRAZEIRO 1400X24	90,00	540,00
03	5	TROCA PNEU DIANTEIRO E TRAZEIRO 1400X24	80,00	400,00
		<b>CAÇAMBA BASCULANTE ATROM</b>		
04	20	CONSERTO PNEU 295/80R22,5	90,00	1.800,00
05	20	MONTAGEM PNEU 295/80R22,5	50,00	1.000,00
06	20	TROCA PNEU 295/80R22,5	40,00	800,00
		<b>TANQUE DE AGUA</b>		
07	6	CONSERTO PNEU 750X16	45,00	270,00
08	6	MONTAGEM PNEU 750X16	40,00	240,00
09	6	TROCA PNEU 750X16	30,00	180,00
		<b>CARRETAS DE ARRASTRO I</b>		
10	4	CONSERTO PNEU 750X16	45,00	180,00
11	4	MONTAGEM PNEU 750X16	40,00	160,00
12	5	TROCA PNEU 750X16	30,00	150,00
		<b>CARRETAS DE ARRASTRO II</b>		
13	6	CONSERTO PNEU 750X16	45,00	270,00
14	8	MONTAGEM PNEU 750X16	40,00	320,00
15	8	TROCA PNEU 750X16	30,00	240,00
		<b>ESPARRAMADEIRA DE CALCARIA 3500 KG</b>		
16	4	CONSERTO PNEU 750X16	45,00	180,00
17	4	MONTAGEM PNEU 750X16	40,00	160,00

18	4	TROCA PNEU 750X16		
			30,00	120,00
		<b>ESPARRAMADEIRA DE CALCARIA 5000 KG</b>		
19	4	CONSERTO PNEU 750X16		
20	3	MONTAGEM PNEU 750X16	45,00	180,00
21	3	TROCA PNEU 750X16	40,00	120,00
			30,00	90,00
		<b>1 GRADE DE ARRASTRO</b>		
22	4	CONSERTO PNEU 750X16		
23	4	MONTAGEM PNEU 750X16	45,00	180,00
24	3	TROCA PNEU 750X16	40,00	160,00
			30,00	90,00
		<b>GRADE HIDRAULICA I</b>		
25	10	CONSERTO PNEU 750X16		
26	4	MONTAGEM PNEU 750X16	45,00	450,00
27	4	TROCA PNEU 750X16	40,00	160,00
			30,00	120,00
		<b>GRADE HIDRAULICA II</b>		
28	10	CONSERTO PNEU 750X16		
29	4	MONTAGEM PNEU 750X16	45,00	450,00
30	3	TROCA PNEU 750X16	40,00	160,00
			30,00	90,00
		<b>GRADE HIDRAULICA III</b>		
31	8	CONSERTO PNEU 750X16		
32	4	MONTAGEM PNEU 750X16	45,00	360,00
33	4	TROCA PNEU 750X16	40,00	160,00
			30,00	120,00
		<b>TRATOR CASE I - DIANTEIRO</b>		
34	2	CONSERTO PNEU DIANTEIRO14-09-24		
35	2	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO14-09-24	70,00	140,00
36	2	TROCA PNEU DIANTEIRO14-09-24	60,00	120,00
			45,00	90,00
		<b>TRATOR CASE II - DIANTEIRO</b>		
37	2	CONSERTO PNEU DIANTEIRO14-09-24		
38	2	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO14-09-24	70,00	140,00
39	2	TROCA PNEU DIANTEIRO14-09-24	60,00	120,00
			45,00	90,00
		<b>TRATOR CASE I - TRAZEIRO</b>		
40	2	CONSERTO PNEU TRAZEIRO 18-04-34		
41	2	MONTAGEM PNEU TRAZEIRO 18-04-34	160,00	320,00
42	2	TROCA PNEU TRAZEIRO 18-04-34	130,00	260,00
			100,00	200,00
		<b>TRATOR CASE II - TRAZEIRO</b>		
43	2	CONSERTO PNEU TRAZEIRO 18-04-34		
			160,00	320,00

44	2	MONTAGEM PNEU TRAZEIRO 18-04-34		
45	2	TROCA PNEU TRAZEIRO 18-04-34	130,00	260,00
			100,00	200,00
		<b>TRATOR JD 5700 - TRAZEIRO</b>		
46	4	CONSERTO PNEU TRAZEIRO 18-04-34		
47	3	MONTAGEM PNEU TRAZEIRO 18-04-34	160,00	640,00
48	2	TROCA PNEU TRAZEIRO 18-04-34	130,00	390,00
			100,00	200,00
		<b>TRATOR JD 5700 - DIANTEIRO</b>		
49	8	CONSERTO PNEU DIANTEIRO 07-50-18		
50	6	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO 07-50-18	50,00	400,00
51	4	TROCA PNEU DIANTEIRO 07-50-18	45,00	270,00
			35,00	140,00
		<b>TRATOR 4030 - TRAZEIRO</b>		
52	4	CONSERTO PNEU TRAZEIRO 18-04-30		
53	4	MONTAGEM PNEU TRAZEIRO18-04-30	160,00	640,00
54	3	TROCA PNEU TRAZEIRO18-04-30	130,00	520,00
			100,00	300,00
		<b>TRATOR TT75 - TRAZEIRO</b>		
55	6	CONSERTO PNEU TRAZEIRO 18-04-30		
56	4	MONTAGEM PNEU TRAZEIRO18-04-30	160,00	960,00
57	3	TROCA PNEU TRAZEIRO18-04-30	130,00	520,00
			100,00	300,00
		<b>TRATOR TT4.75 - TRAZEIRO</b>		
58	8	CONSERTO PNEU TRAZEIRO 18-04-30		
59	4	MONTAGEM PNEU TRAZEIRO18-04-30	160,00	1.280,00
60	3	TROCA PNEU TRAZEIRO18-04-30	130,00	520,00
			100,00	300,00
		<b>TRATOR 4030 - DIANTEIRO</b>		
61	6	CONSERTO PNEU DIANTEIRO 12-04-24		
62	6	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO 12-04-24	70,00	420,00
63	4	TROCA PNEU DIANTEIRO 12-04-24	40,00	240,00
			45,00	180,00
		<b>TRATOR TT75 - DIANTEIRO</b>		
64	6	CONSERTO PNEU DIANTEIRO 12-04-24		
65	3	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO 12-04-24	70,00	420,00
66	4	TROCA PNEU DIANTEIRO 12-04-24	40,00	120,00
			45,00	180,00
		<b>TRATOR TT4.75 - DIANTEIRO</b>		
67	4	CONSERTO PNEU DIANTEIRO 12-04-24		
68	4	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO 12-04-24	70,00	280,00
69	4	TROCA PNEU DIANTEIRO 12-04-24	40,00	160,00
			45,00	180,00
		<b>PÁ CARREGADEIRA</b>		

70	8	CONSERTO PNEU 17-06-25		
71	6	MONTAGEM PNEU 17-06-25	160,00	1.280,00
72	6	TROCA PNEU 17-06-25	130,00	780,00
			100,00	600,00
		<b>FIAT FIORINO</b>		
73	8	CONSERTO PNEU 175/70 13		
74	6	MONTAGEM PNEU 175/70 13	50,00	400,00
75	6	TROCA PNEU 175/70 13	40,00	240,00
			25,00	150,00
		<b>PLANTADEIRA 13 LINHA BALDAN</b>		
76	5	CONSERTO PNEU 5/60 15		
77	3	MONTAGEM PNEU 5/60 15	50,00	250,00
78	3	TROCA PNEU 5/60 15	40,00	120,00
			25,00	75,00
		<b>RETRO ESCAVADEIRA XCMG - DIANTEIRO</b>		
79	10	CONSERTO PNEU DIANTEIRO 12/16 5		
80	10	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO 12/16 5	70,00	700,00
81	6	TROCA PNEU DIANTEIRO 12/16 5	50,00	500,00
			35,00	210,00
		<b>RETRO ESCAVADEIRA XCMG - TRAZEIRO</b>		
82	6	CONSERTO PNEU TRAZEIRO 19/5L 24		
83	8	MONTAGEM PNEU TRAZEIRO 19/5L 24	130,00	780,00
84	4	TROCA PNEU TRAZEIRO 19/5L 24	110,00	880,00
			80,00	320,00
		<b>CAMINHÕES, TRATORES, CARRETAS, IMPLEMENTOS E MAQUINAS E VEICULOS LEVES</b>		
85	20	REPARO EM PNEUS DE CAMINHÃO E MAQUINAS COM MANCHÃO n° 05	50,00	1.000,00
86	20	REPARO EM PNEUS DE CAMINHÃO E MAQUINAS COM MANCHÃO n° 04	40,00	800,00
87	20	REPARO EM PNEUS DE CAMINHÃO E MAQUINAS COM MANCHÃO n° 08	100,00	2.000,00
		<b>CAMINHÕES, TRATORES, CARRETAS, IMPLEMENTOS E MAQUINAS</b>		
88	20	BICO DE PNEU DE VEICULOS LEVES	20,00	400,00
89	20	BICO DE PNEU DE TRATORES E MAQUINAS PESADAS	40,00	800,00
90	20	BICO DE PNEU DO CAMINHÃO BASCULANTE		
			35,00	700,00
		<b>TOTAL</b>		<b>35.365,00</b>

30 de JANEIRO DE 2023  
VÁLIDADE 60 DIAS

*João do Carmo Ribeiro dos Santos*

**JOÃO DO CARMO RIBEIRO DOS SANTOS**

**CNPJ: 15.151.736/0001-38**

**SECRETÁRIA DA AGRICULTURA**  
**CNPJ: 01.629.809.0001/40**

**SERVIÇOS DE BORRACHARIA – ONIBUS E VEICULOS LEVES**

**CNPJ: 27.798.809.0001/67**

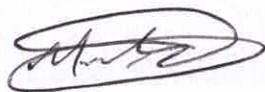
**AUTO ELETRICA E BORRACHARIA SANTA RITA**

**CONTATO: (63)98426-7278**

**SERVIÇOS DE BORRACHARIA - MAQUINAS PESADAS, CAMINHÃO, TRATOR E VEICULOS LEVES**

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO DOS ITENS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		<b>PATROL</b>		
01	6	CONSERTO PNEU DIANTEIRO E TRAZEIRO 1400X24	121,00	726,00
02	6	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO E TRAZEIRO 1400X24	99,00	594,00
03	5	TROCA PNEU DIANTEIRO E TRAZEIRO 1400X24	88,00	440,00
		<b>CAÇAMBA BASCULANTE ATROM</b>		
04	20	CONSERTO PNEU 295/80R22,5	99,00	1.980,00
05	20	MONTAGEM PNEU 295/80R22,5	55,00	1.100,00
06	20	TROCA PNEU 295/80R22,5	44,00	880,00
		<b>TANQUE DE AGUA</b>		
07	6	CONSERTO PNEU 750X16	48,00	288,00
08	6	MONTAGEM PNEU 750X16	43,00	258,00
09	6	TROCA PNEU 750X16	32,00	192,00
		<b>CARRETAS DE ARRASTRO I</b>		
10	4	CONSERTO PNEU 750X16	48,00	192,00
11	4	MONTAGEM PNEU 750X16	43,00	172,00
12	5	TROCA PNEU 750X16	32,00	160,00
		<b>CARRETAS DE ARRASTRO II</b>		
13	6	CONSERTO PNEU 750X16	48,00	288,00
14	8	MONTAGEM PNEU 750X16	43,00	344,00
15	8	TROCA PNEU 750X16	32,00	256,00
		<b>ESPARRAMADEIRA DE CALCARIA 3500 KG</b>		
16	4	CONSERTO PNEU 750X16		

			48,00	192,00
17	4	MONTAGEM PNEU 750X16		
			43,00	172,00
18	4	TROCA PNEU 750X16		
			33,00	132,00
		<b>ESPARRAMADEIRA DE CALCARIA 5000 KG</b>		
19	4	CONSERTO PNEU 750X16		
			49,00	196,00
20	3	MONTAGEM PNEU 750X16		
			44,00	132,00
21	3	TROCA PNEU 750X16		
			33,00	99,00
		<b>1 GRADE DE ARRASTRO</b>		
22	4	CONSERTO PNEU 750X16		
			49,00	196,00
23	4	MONTAGEM PNEU 750X16		
			33,00	132,00
24	3	TROCA PNEU 750X16		
			49,00	147,00
		<b>GRADE HIDRAULICA I</b>		
25	10	CONSERTO PNEU 750X16		
			44,00	440,00
26	4	MONTAGEM PNEU 750X16		
			33,00	132,00
27	4	TROCA PNEU 750X16		
			49,00	196,00
		<b>GRADE HIDRAULICA II</b>		
28	10	CONSERTO PNEU 750X16		
			44,00	440,00
29	4	MONTAGEM PNEU 750X16		
			33,00	132,00
30	3	TROCA PNEU 750X16		
			48,00	144,00
		<b>GRADE HIDRAULICA III</b>		
31	8	CONSERTO PNEU 750X16		
			43,00	344,00
32	4	MONTAGEM PNEU 750X16		
			32,00	128,00
33	4	TROCA PNEU 750X16		
			75,00	300,00
		<b>TRATOR CASE I - DIANTEIRO</b>		
34	2	CONSERTO PNEU DIANTEIRO14-09-24		
			64,00	128,00
35	2	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO14-09-24		
			48,00	96,00
36	2	TROCA PNEU DIANTEIRO14-09-24		
			75,00	150,00
		<b>TRATOR CASE II - DIANTEIRO</b>		
37	2	CONSERTO PNEU DIANTEIRO14-09-24		
			64,00	128,00
38	2	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO14-09-24		
			48,00	96,00
39	2	TROCA PNEU DIANTEIRO14-09-24		

			172,00	344,00
		<b>TRATOR CASE I - TRAZEIRO</b>		
40	2	CONSERTO PNEU TRAZEIRO 18-04-34		
			140,00	280,00
41	2	MONTAGEM PNEU TRAZEIRO 18-04-34		
			108,00	216,00
42	2	TROCA PNEU TRAZEIRO 18-04-34		
			172,00	344,00
		<b>TRATOR CASE II - TRAZEIRO</b>		
43	2	CONSERTO PNEU TRAZEIRO 18-04-34		
			140,00	280,00
44	2	MONTAGEM PNEU TRAZEIRO 18-04-34		
			108,00	216,00
45	2	TROCA PNEU TRAZEIRO 18-04-34		
			172,00	344,00
		<b>TRATOR JD 5700 - TRAZEIRO</b>		
46	4	CONSERTO PNEU TRAZEIRO 18-04-34		
			140,00	560,00
47	3	MONTAGEM PNEU TRAZEIRO 18-04-34		
			108,00	324,00
48	2	TROCA PNEU TRAZEIRO 18-04-34		
			54,00	108,00
		<b>TRATOR JD 5700 - DIANTEIRO</b>		
49	8	CONSERTO PNEU DIANTEIRO 07-50-18		
			48,00	384,00
50	6	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO 07-50-18		
			37,00	222,00
51	4	TROCA PNEU DIANTEIRO 07-50-18		
			172,00	688,00
		<b>TRATOR 4030 - TRAZEIRO</b>		
52	4	CONSERTO PNEU TRAZEIRO 18-04-30		
			143,00	572,00
53	4	MONTAGEM PNEU TRAZEIRO 18-04-30		
			110,00	440,00
54	3	TROCA PNEU TRAZEIRO 18-04-30		
			176,00	528,00
		<b>TRATOR TT75 - TRAZEIRO</b>		
55	6	CONSERTO PNEU TRAZEIRO 18-04-30		
			143,00	858,00
56	4	MONTAGEM PNEU TRAZEIRO 18-04-30		
			110,00	440,00
57	3	TROCA PNEU TRAZEIRO 18-04-30		
			176,00	528,00
		<b>TRATOR TT4.75 - TRAZEIRO</b>		
58	8	CONSERTO PNEU TRAZEIRO 18-04-30		
			174,00	1.392,00
59	4	MONTAGEM PNEU TRAZEIRO 18-04-30		
			141,00	564,00
60	3	TROCA PNEU TRAZEIRO 18-04-30		
			107,00	321,00
		<b>TRATOR 4030 - DIANTEIRO</b>		
61	6	CONSERTO PNEU DIANTEIRO 12-04-24		
			72,00	432,00

62	6	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO 12-04-24		
63	4	TROCA PNEU DIANTEIRO 12-04-24	43,00	258,00
			50,00	200,00
64	6	<b>TRATOR TT75 - DIANTEIRO</b> CONSERTO PNEU DIANTEIRO 12-04-24		
65	3	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO 12-04-24	72,00	432,00
66	4	TROCA PNEU DIANTEIRO 12-04-24	43,00	129,00
			50,00	200,00
67	4	<b>TRATOR TT4.75 - DIANTEIRO</b> CONSERTO PNEU DIANTEIRO 12-04-24		
68	4	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO 12-04-24	75,00	300,00
69	4	TROCA PNEU DIANTEIRO 12-04-24	43,00	172,00
			48,00	192,00
70	8	<b>PÁ CARREGADEIRA</b> CONSERTO PNEU 17-06-25		
71	6	MONTAGEM PNEU 17-06-25	160,00	1.280,00
72	6	TROCA PNEU 17-06-25	130,00	780,00
			100,00	600,00
73	8	<b>FIAT FIORINO</b> CONSERTO PNEU 175/70 13		
74	6	MONTAGEM PNEU 175/70 13	52,00	416,00
75	6	TROCA PNEU 175/70 13	41,00	246,00
			28,00	168,00
76	5	<b>PLANTADEIRA 13 LINHA BALDAN</b> CONSERTO PNEU 5/60 15		
77	3	MONTAGEM PNEU 5/60 15	52,00	260,00
78	3	TROCA PNEU 5/60 15	41,00	123,00
			30,00	90,00
79	10	<b>RETRO ESCAVADEIRA XCMG - DIANTEIRO</b> CONSERTO PNEU DIANTEIRO 12/16 5		
80	10	MONTAGEM PNEU DIANTEIRO 12/16 5	73,00	730,00
81	6	TROCA PNEU DIANTEIRO 12/16 5	52,00	520,00
			44,00	264,00
82	6	<b>RETRO ESCAVADEIRA XCMG - TRAZEIRO</b> CONSERTO PNEU TRAZEIRO 19/5L 24		
83	8	MONTAGEM PNEU TRAZEIRO 19/5L 24	139,00	834,00
84	4	TROCA PNEU TRAZEIRO 19/5L 24	118,00	944,00

			85,00	340,00
85	20	CAMINHÕES, TRATORES, CARRETAS, IMPLEMENTOS E MAQUINAS E VEICULOS LEVES REPARO EM PNEUS DE CAMINHÃO E MAQUINAS COM MANCHÃO n° 05		
86	20	REPARO EM PNEUS DE CAMINHÃO E MAQUINAS COM MANCHÃO n° 04	53,00	1.060,00
87	20	REPARO EM PNEUS DE CAMINHÃO E MAQUINAS COM MANCHÃO n° 08	42,00	840,00
		CAMINHÕES, TRATORES, CARRETAS, IMPLEMENTOS E MAQUINAS	107,00	2.140,00
88	20	BICO DE PNEU DE VEICULOS LEVES		
89	20	BICO DE PNEU DE TRATORES E MAQUINAS PESADAS	21,00	420,00
90	20	BICO DE PNEU DO CAMINHÃO BASCULANTE	42,00	840,00
			37,00	740,00
		<b>TOTAL</b>		<b>38.025,00</b>

31 DE JANEIRO DE 2023  
VÁLIDO ATÉ 60 DIAS

*Marcelo Vieira Lopes*  
AUTO ELETRICA E BORRACHARIA SANTA RITA LTDA  
CNPJ: 27.798.809/0001-67



**PARECER JURIDICO**

**PROCESSO Nº 056/2023**  
**INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL.**

**OBJETO: prestação de serviço de borracharia.**

**I – RELATÓRIO.**

Tratam os autos de procedimento administrativo encaminhado a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer quanto à possibilidade de *prestação de serviço de borracharia*.

A aquisição se dará por dispensa de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Consta nos autos, o Memorando solicitando a aquisição supra, Termo de Referência especificando o objeto da demanda, bem como o relatório de cotação.

Eis o que bastava relatar.

Passo a opinar.

**II – FUNDAMENTOS.**

Inicialmente, vislumbro que para a contratação pretendida o Órgão Público contratante se propõe a utilizar-se dos critérios da novel Lei de Licitação e Contratos da Administração Pública – Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

A mencionada Lei estabelece novo regime jurídico para as licitações e contratações públicas, propõe em seus dispositivos a unificação de vários procedimentos constantes em diplomas legais e infralegais que antes tutelavam os procedimentos licitatórios e os contratos administrativos.

Esclarece-se que a nova Lei adentrou no nosso ordenamento jurídico sem que lhe fossem instituídas uma *vacatio legis*, o diploma legal postergou a revogação da Lei 8666, de 1993, da Lei n.º 10.520, de 2002, e dos artigos 1.º a 47 da Lei n.º 12.462, de 2011, para após 2 (dois) anos da sua publicação.

A escolha pela utilização da Lei 8666/1993 ou da Lei 14.133/2021 será feita pela Administração responsável pela licitação e contratação. Contudo, Tribunais Superiores, Juristas e Doutrinadores reconhecem que a Administração Pública deverá, ou escolher uma ou a outra, e jamais poderá se utilizar das duas normas ao mesmo tempo em suas contratações, sob pena de trazer insegurança jurídica às suas contratações.

Como o diploma é bem recente, tem-se que os Estados do Tocantins, bem como os demais entes federados, ainda não elaboraram seus procedimentos administrativos acerca de itens dispostos na nova Lei de Licitações. Deste modo, a análise da solicitação da pretensa contratação, se utilizará, de forma subsidiária, quando necessário, de normativos federais e estaduais ainda vigentes, e que venham a se mostrar plausíveis com os ditames da Lei 14.133/2021.

Assim, passo à análise jurídica da contratação pretendida.

Preliminarmente, vislumbro que a rigor do Decreto Estadual n.º 4.733, de 07 de fevereiro de 2013, são prescindíveis de envio à Procuradoria Geral do Estado os casos de dispensa de licitação, conforme o que dispõe a Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 75. Por consequência, a análise do controle prévio de legalidade deverá ser realizada no final da preparatória pelo órgão de assessoramento jurídico da Administração, a rigor do artigo 53 da nova Lei de Licitações 14.133/2021.

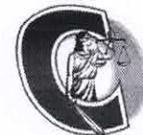
A pretendida contratação tem seu fundamento legal no artigo 72 da Lei 14.133/2021, que possibilita a Administração a realização de processo de contratação direta, sendo compreendidos nestes casos a **dispensa** e a **inexigibilidade** de licitação.

Neste diapasão, convém rememorar os ensinamentos de Ronny Charles Lopes Torres:

“Quando o Legislador prevê as hipóteses de contratação direta (dispensa e inexigibilidade) é porque admite que nem sempre a realização do certame levará à melhor contratação pela Administração ou que, pelo menos, a sujeição do negócio ao procedimento formal e burocrático previsto pelo estatuto não sirva ao eficaz atendimento do interesse público naquela hipótese específica.” (Juspodivm,2010.)

Corroborando neste entendimento, Joel de Menezes Niebuhr afirma que “a dispensa de licitação pública ocorre só quando seria possível a competição, porém, se dessa maneira se procedesse, impedir-se-ia a satisfação do interesse público.” (Fórum, 2011).

Então da análise da doutrina vem também o entendimento de que a dispensa de uma licitação pública é modo pelo qual se satisfará o interesse público desejável, porém, a dispensa também estará vinculada a determinado rito ordenado de atos que deve obediência aos princípios e ritos licitatórios, devendo observar os ditames procedimentais previstos na norma geral de licitações.



**CORDENONZI & OTTAÑO**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

No caso dos autos em análise, observa-se que a Pasta fez levantamento estimativos de suas necessidades e, após pesquisa de preços, levantou-se que o valor médio de sua contratação está dentro dos limites previstos na nova lei de licitações, sendo este valor um montante que se enquadra nos requisitos de dispensa de licitação dispostos no artigo 75, inciso II da Lei 14.133/2021, conforme colaciono:

Art. 75. É **dispensável a licitação**:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

(...)

(Vide Decreto nº 10.922, de 2021)

DECRETO Nº 10.922, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2021

Art. 1º Ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na forma do Anexo.

Art. 2º A atualização dos valores de que trata o art. 1º será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas, de que trata o art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021.  
inciso II do caput do art. 75 - R\$ 54.020,41 (cinquenta e quatro mil vinte reais e quarenta e um centavos)

Resta, portanto, configurada algumas das situações legais previstas no art. 75 da Lei nº 14.133/2021; mais especificamente, em seu inciso II, notadamente, em razão do valor global da contratação.

A exigência da realização de licitação tem seu nascedouro na Carta Política de 1988 no artigo 37, inciso XXVI, porém a própria Carta traz a situação da ressalva dos casos especificados em lei, o que se amolda nos termos do artigo 75 da Lei 14.133/2021.

Da análise da situação fática aqui disposta, a aquisição pretendida atende às finalidades precípua da Administração Pública em suma. Contudo, está se encaixa no campo discricionário do Gestor, que objetivamente encontra na lei a possibilidade de escolher o que se afigurará melhor ao caso concreto.

No caso da pretensa contratação, verifico que se enquadra nas definições de bens e serviços comuns, conforme definido no artigo 6º da Lei 14.133/2021, pois seus padrões e qualidades, podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

Quanto ao critério de contratação dos serviços a Pasta informa no Termo de Referência, no item Julgamento, que será **selecionada a proposta mais vantajosa** para a Administração, sendo considerado o **menor preço ofertado**.

Vale observar que a jurisprudência do TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços de mercado, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade.

Destarte, visando fomentar a incluir neste parecer meramente opinativo, faço questão de citar os acórdãos 2.742/2017-1ª Câmara, 1.022/2013-Plenário, 3.506/2009-1ª Câmara, 1.379/2007-Plenário, 568/2008-1ª Câmara, 1.378/2008-1ª Câmara, 2.809/2008-2ª Câmara, 5.262/2008-1ª Câmara, 4.013/2008-1ª Câmara, 1.344/2009-2ª Câmara, 837/2008-Plenário, e 3.667/2009-2ª Câmara.

Esses julgados, a exemplo do acórdão 1.842/2017 - Plenário, apontam que a pesquisa de preços para os casos de dispensa e inexigibilidade deve consistir de um mínimo de três orçamentos de fornecedores distintos, sendo "necessária a apresentação de justificativa adequada sempre que não for possível obter número razoável de cotações".

Por fim, é importante observar que "obrigação de seguir os preços praticados no mercado se aplica tanto à Administração Pública quanto aos colaboradores privados, pois ambos são destinatários do regime jurídico-administrativo relativo às contratações públicas".

Segundo o TCU, "o fato de a administração não ter cumprido seu dever de verificar a economicidade dos preços ofertados em processo de dispensa ou inexigibilidade de licitação, não isenta de responsabilidade a empresa contratada por eventual sobrepreço constatado no contrato". (Acórdão 1.392/2016-Plenário).

Informo:

*A justificativa do preço em contratações diretas (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) deve ser realizada, preferencialmente, mediante: (i) no caso de dispensa, apresentação de, no mínimo, três cotações válidas de empresas do ramo, ou justificativa circunstanciada se não for possível obter essa quantidade mínima; (ii) no caso de inexigibilidade, comparação com os preços praticados pelo fornecedor junto a outras instituições públicas ou privadas. TCU. Acórdão 1565/2015-Plenário.*

Em que pese o debate acerca do menor preço global ofertado, impende salientar, que mesmo sendo possível optar-se pelo menor preço, a Pasta não deverá se descuidar do aspecto qualidade, pois nos termos da Nova Lei de Licitações, não se pode fugir dos parâmetros mínimos de qualidade, estes devem estar bem definidos quando da contratação, colaciono o dispositivo da lei:

Art. 34. O julgamento por menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a Administração, **atendidos os parâmetros mínimos de qualidade** definidos no edital de licitação.

Os aspectos dos parâmetros de qualidade e da forma da execução dos serviços contratados devem estar informados no Termo de Referência, que é documento necessário para a contratação de bens e serviços. No referido termo deverá conter a definição do objeto, os quantitativos estimados acompanhados dos preços, os fundamentos da contratação, o modelo de gestão e fiscalização do contrato. Tais elementos, entre outros, descritos no inciso XXIII do caput do artigo 6º da Lei 14.133/2021 devem ser também replicados no instrumento contratual.

Neste aspecto, o termo de referência encontra-se colacionado aos autos, verifica-se que constam todos os elementos descritivos como o prazo da duração do contrato, e a possibilidade de prorrogação da contratação, a esboço da lei 14.133/2021 (inciso XXIII, artigo 6º, alínea a).

Como o procedimento em espeque trata-se de aquisição de itens de consumo comum, sobreleva ressaltar que a novel Lei 14.133/2021 traz vedação à aquisição de itens de consumo de qualidade superior à que realmente é necessária para atender às finalidades que se destinam. O artigo 20 expõe então a vedação à aquisição de artigos de luxo, onde os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário vão definir sobre regulamentos que estabeleçam como serão definidos esses itens, vejamos:

Art. 20. Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.

No que tange a instrução processual, vislumbro que os itens presentes podem atender aos requisitos dispostos no artigo 18, da Lei 14.133/2021. Os autos processuais foram instruídos de forma digital<sup>1</sup>, e apresentam elementos pontuados na lei, nessa fase preparatória, que são: o **termo de referência** - que define o objeto e as condições da execução e de pagamento, traz a **modalidade e o critério de julgamento, a minuta do contrato e o orçamento estimado, bem como as composições dos preços** (Relatório de cotação, o Mapa de preços), e os instrumentos orçamentários.

Quanto à minuta do contrato, verifica-se que estar em consonância com ordenado pela Lei 14.133/2021, atendendo as finalidades a que se destina, nos moldes do termo de referência proposto e da novel Lei de Licitações.

Por fim, recomenda-se que quando da realização da contratação sejam observados os aspectos legais de habilitação jurídica e de habilitação fiscal (certidões válidas), principalmente no que tange aos requisitos dispostos em leis especiais, como a legislação trabalhista, nos termos dos artigos 62 a art. 65, artigos 66 e artigo 67 e art. 68 da Lei 14.133/2021.

Ressalta-se que este parecerista não tem competência técnica para aferir se os valores estão condizentes com os praticados no mercado, bem como, a respeito da autenticidade e idoneidade dos documentos apresentados pela empresa a ser contratada, ficando a Administração responsável por tal feito.

**Destaca-se, outrossim, que deve ser observado as necessidades e despesas afins para que não haja fracionamento, o que é terminantemente vedado pela legislação pertinente, considerando que o parecerista não tem condições técnicas, tampouco, detém o controle dos processos de despesas da municipalidade, portanto, não pode concluir sobre os valores gastos por esta Municipalidade.**

**Ademais, recomendável que seja dada publicidade a todos os atos administrativos.**

## DA PUBLICIDADE E DA EFICÁCIA DO CONTRATO

A Lei nº 14.133/2021 instituiu o Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP. Trata-se de um site que reunirá informações sobre todas as licitações e contratos administrativos regidos pela nova lei de licitações, inclusive União, Estados e Municípios, e que também poderá ser utilizado como plataforma para realização das licitações eletrônicas.

O art. 94 estabelece que é condição de eficácia dos contratos administrativos a divulgação do contrato no Portal Nacional de Compras Públicas PNCP. O Portal Nacional de Compras Públicas ainda não está em Operação pois ainda está em desenvolvimento.

Os municípios com até 20.000 (vinte mil habitantes) terão o prazo de 6 (seis) anos, contados da publicação da Lei 14.133/2021 para realizar as divulgações dos processos licitatórios e contratos administrativos no Portal Nacional de Compras Públicas conforme regra de transição estabelecida no art. 176.

Enquanto não adotarem o Portal Nacional de Compras Públicas, os municípios de até 20.000 (vinte mil habitantes) deverão publicar no diário oficial e divulgar no sítio eletrônico oficial, os atos praticados com fundamento na Lei 14.133/2021, admitida a publicação na forma de extrato nos termos do art. 176, parágrafo único, inciso I da Lei 14.133/2021.

Considerando que o Município de Oliveira de Fátima do Tocantins possui menos de 2.000 (dois mil) habitantes, deverá publicar no diário oficial podendo ser na forma de extrato, e divulgar no sítio eletrônico oficial o ato que autorizou a contratação e o contrato, como condição de eficácia da contratação e do contrato.

<sup>1</sup> Lei 14.133/2021: "Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

VI - os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;"(...)



**CORDENONZI & OTTAÑO**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

### III – CONCLUSÃO.

Pelo exposto, abstendo-se quanto à apreciação dos aspectos inerentes à conveniência e oportunidade, e cingindo-se à análise do mérito legal da contratação direta, e desde que atendidas às ressalvas destacadas no presente opinativo, reputa-se não haver óbice ao prosseguimento do feito. Publique-se o r. edital para fins de cumprimento da ordem legal.

Em respeito ao art. 72, parágrafo único da Lei 14.133/21, cumpra-se conforme descrito: *O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.*

Novamente, ressalto à comissão de licitação a necessidade de auferir os valores para obter o melhor proveito para o Ente Público, mesmo havendo cotações nos autos, de modo a verificar se os preços ofertados são, de fato, os praticados em mercado, outrossim, em vista da licitação tratar-se da REGRA para a Administração Pública, recomendo, **sendo de interesse da Administração e em obediência ao entendimento jurídico geral, seja realizado o certame do objeto aqui dispensado, em caso de recorrência durante o ano.**

Em tempo, cumpre salientar que esta Procuradoria emite parecer sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar a conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, além disso, este parecer é de caráter meramente opinativo, não vinculando, portanto, a decisão do Gesto Municipal (TCU, Acórdão nº 2935/2011, Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, DOU de 17/05/2011).

Publique-se o r. edital e observe-se os prazos.

É o parecer, *s.m.j.*

Remeta-se a autoridade superior para apreciação e decisão de prosseguimento.

Oliveira de Fátima, TO, 31 de janeiro de 2023.

**LUCAS BENIZ**  
**OAB/TO 8113**

**CORDENONZI E OTTAÑO – ADVOGADOS ASSOCIADOS**



# DOCUMENTO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

PREFEITURA DE OLIVEIRA DE FATIMA - TOCANTINS

NOTA DE EMPENHO (119916)

NÚMERO  
86

DATA DE EMISSÃO  
31/01/2023

PROCESSO  
146

EXERCÍCIO <b>2023</b>	DOTAÇÃO COMPACTADA <b>119</b>	CPF/CNPJ <b>15.151.736/0001-38</b>	FAVORECIDO <b>JOAO DO CARMO RIBEIRO DOS SANTOS</b>
--------------------------	----------------------------------	---------------------------------------	---

DOTAÇÃO		SALDO ANTERIOR 155.100,00
UNIDADE:	0006 - SECRETARIA DE AGRICULTURA	
FUNÇÃO:	20 - AGRICULTURA	VALOR DO DOCUMENTO 35.365,00
SUB-FUNÇÃO:	606 - EXTENSAO RURAL	
PROGRAMA:	1014 - FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	SALDO POSTERIOR 119.735,00
PROJ/ATIVIDADE:	2176 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DA	
NAT. DESPESA:	3390390000000000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
SUB-ELEMENTO:	3390391900000000 - MANUTENCAO E CONSERVACAO DE VEICULOS	

HISTORICO

EMISSÃO DE EMPENHO PARA OCORRER DESPESA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA NECESSARIO PARA AS MAQUINAS PESADAS, CAMINHAO, TRATOR E VEICULOS LEVES LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DO MUNICIPIO DE OLIVEIRA DE FATIMA - TO. CONFORME CONTRATO N° 027/2023.

TIPO DE EMPENHO GLOBAL	MODALIDADE LICITAÇÃO DISPENSAVEL
BANCO	CONTA
FONTE DE RECURSO 1.500.0000.000000 RECURSOS PROPRIOS	TOTAL DE DESCONTOS 0,00
VALOR LÍQUIDO POR EXTENSO TRINTA E CINCO MIL, TREZENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS// // //	VALOR LÍQUIDO 35.365,00

ASSINATURAS DAS AUTORIDADES RESPONSÁVEIS

NEREU FONTES DA LUZ  
Prefeito Municipal

LUANA BATISTA DOURADO  
Sec. de Finanças

OBSERVAÇÕES:

 <b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>15.151.736/0001-38</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>07/03/2012</b>
NOME EMPRESARIAL <b>JOAO DO CARMO RIBEIRO DOS SANTOS 78350328134</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE <b>ME</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>45.20-0-06 - Serviços de borracharia para veículos automotores</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>45.30-7-05 - Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>213-5 - Empresário (Individual)</b>		
LOGRADOURO <b>ROD BR 153 KM 558 ZONA RURAL</b>	NÚMERO <b>SN</b>	COMPLEMENTO *****
CEP <b>77.555-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>BR 153</b>	MUNICÍPIO <b>FATIMA</b>
		UF <b>TO</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>taniaguimaraes23@hotmail.com</b>		TELEFONE <b>(63) 3365-1378</b>
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>07/03/2012</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 18/01/2023 às 08:20:51 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 15.151.736/0001-38  
**Razão Social:** JOAO DO CARMO RIBEIRO DOS SANTOS  
**Endereço:** ROD BR 153 KM 558 SN / ZONA RURAL / FATIMA / TO / 77555-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 16/01/2023 a 14/02/2023

**Certificação Número:** 2023011601431826359494

Informação obtida em 18/01/2023 08:22:07

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FÁTIMA  
FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA - ECONÔMICO**

**DADOS DO ECONÔMICO**

Nome / Razão Social: JOAO DO CARMO RIBEIRO DOS SANTOS

Nome Fantasia: JOAO DO CARMO RIBEIRO DOS SANTOS

CPF/CNPJ: 15.151.736/0001-38

Endereço: ROD BR 153 KM 558, QD. 0000, LT0000, BORRACHARIA MOURÃO Bairro: ZONA RURAL Município: FÁTIMA-TO

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Certifica-se, para os fins de direito, que o 3 - Econômico supra citado, NÃO POSSUI DÉBITOS AMIGÁVEL OU AJUIZADO, de natureza tributária perante a Fazenda Pública Municipal, relativos aos tributos administrados pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE FÁTIMA**, até a presente data.

Ressalvando o direito da Fazenda Pública Municipal de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas e constituídas, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Finalidade: CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS.

Dados de Autenticação	QR Code
<p>Certidão Número: 03233 - 1 Dispositivo Legal: Lei Complementar Nº - CTM, Emitido em: 03 de fevereiro de 2023 Validade: 05/03/2023 Código de Verificação: 3MiHDgpSiE6l</p>	



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS  
SECRETARIA DA FAZENDA  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA  
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS  
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

Número da Certidão:

4361158

### CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA JURÍDICA

**IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:**

**RAZÃO SOCIAL** JOÃO DO CARMO RIBEIRO DOS SANTOS

**CNPJ** 15.151.736/0001-38

**INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

**ATIVIDADE ECONÔMICA:**

**ENDEREÇO:** ROD. BR 153 KM 558, ,, - ZONA RURAL

**MUNICÍPIO** FATIMA - TO

**FINALIDADE:**

CADASTRO

**HISTÓRICO:**

NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

---

**Fundamentação Legal -** Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

**Validade -** O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço <http://www.to.gov.br/sefaz>

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente, o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

---

**Data Emissão:** Quarta-feira, 18 de Janeiro de 2023 - 08h 22m 33s

**Emitida Via INTERNET**

**Atenção:**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Esta certidão esta vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: JOAO DO CARMO RIBEIRO DOS SANTOS 78350328134**  
**CNPJ: 15.151.736/0001-38**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

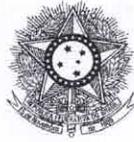
Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:25:04 do dia 18/01/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 17/07/2023.

Código de controle da certidão: **A86E.0378.C33C.A842**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: JOAO DO CARMO RIBEIRO DOS SANTOS 78350328134 (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 15.151.736/0001-38

Certidão n°: 2352843/2023

Expedição: 18/01/2023, às 08:23:01

Validade: 17/07/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que JOAO DO CARMO RIBEIRO DOS SANTOS 78350328134 (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 15.151.736/0001-38, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

# Certificado da Condição de Microempendedor Individual



## Identificação

### Nome Empresarial

JOAO DO CARMO RIBEIRO DOS SANTOS 78350328134

### Nome do Empresário

JOAO DO CARMO RIBEIRO DOS SANTOS

### Nome Fantasia

### Capital Social

1,00

### Número Identidade

147379

### Orgão Emissor

SSP

### UF Emissor

TO

### CPF

783.503.281-34

## Condição de Microempendedor Individual

### Situação Cadastral Vigente

ATIVO

### Data de Início da Situação Cadastral Vigente

07/03/2012

## Número de Registro

### CNPJ

15.151.736/0001-38

## Endereço Comercial

### CEP

77555-000

### Bairro

BR 153

### Logradouro

RODOVIA BR 153 KM 558 ZONA RURAL

### Município

FATIMA

### Número

SN

### UF

TO

## Atividades

### Data de Início de Atividades

07/03/2012

### Forma de Atuação

Estabelecimento fixo

### Ocupação Principal

### Atividade Principal (CNAE)

45.20-0/06 - Serviços de borracharia para veículos automotores

### Ocupações Secundárias

### Atividades Secundárias (CNAE)

45.30-7/05 - Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar

## Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Alvará de Licença e Funcionamento Provisório - declaração prestada no momento da inscrição:

Declaro, sob as penas da Lei, que conheço e atendo os requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para emissão do Alvará de Licença e Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos. O não-atendimento a esses requisitos acarretará o cancelamento deste Alvará de Licença e Funcionamento Provisório.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: <http://www.portaldoeempendedor.gov.br/>. Certificado emitido com base na Resolução nº 48, de 11 de outubro de 2018, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento. Para pesquisar a inscrição estadual e/ou municipal (quando convenientes do cadastro sincronizado nacional), informe os elementos abaixo no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/fcpj/consulta.asp>.

### Número do Recibo

ME38624227

### Número do Identificador

00078350328134

### Data de Emissão

09/11/2021

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
JOAO DO CARMO RIBEIRO DOS SANTOS



DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR/UF  
147379 SSP TO

CPF DATA NASCIMENTO  
783.503.281-34 16/08/1971

FILIAÇÃO  
FELIZ RIBEIRO DOS  
SANTOS  
MARIA BENTO DOS SANTOS

PERMISSÃO

ACC

CAT HAB.



AB

Nº REGISTRO  
03599239177

VALIDADE  
25/10/2026

1ª HABILITAÇÃO  
11/05/2005

OBSERVAÇÕES  
A ;

*Joao do Carmo Ribeiro dos Santos*

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
PALMAS, TO

DATA DE EMISSÃO  
24/11/2021

*Paulo Roberto Melo de Castro Nogueira*

ASSINATURA DO EMISSOR

85166416431  
TO029343043

TOCANTINS

VÁLIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
2309981630

PROIBIDO PLASTIFICAR  
2309981630

0006190270 V JORG KIRKIRO DUB SANTOS  
 RUA N 4 27060000  
 FILA ANTONIO RIBEIRO RDV FATIMA S. TO

CICLO: 86

PERÍODO DE COLETA	ANÁLISES	UNIDADE	PERÍODO	CONCENTRAÇÃO DECLARADA	VALOR DE REFERÊNCIA
	TPH				
	COPIRASA				

### AVISO DE DEBITOS

Estamos envando a V. Sa. a presente conta, representando seis (6) meses de prestação de serviço de saneamento básico (abastecimento de água e coleta de esgoto) referente ao período de 17/02/2023 a 17/08/2023.

HEB	VALOR	HEB	VALOR	HEB	VALOR
17/2023	59,40	11/2022	75,61		

DATA DE PAGAMENTO	TOTAL LÍQUIDO
17/02/2023	135,01

Em caso de não pagamento, a suspensão do fornecimento de água pode ocorrer a partir de 19/02/2023, sendo custos para reativação além de um mês de negativação e ajustamento. Se o débito já estiver quitado, por favor desconsidere essa notificação. Caso tenha dúvidas entre em contato pela site [www.ats.com.br](http://www.ats.com.br) ou pelo telefone 0800-6404-195 ou pelo WhatsApp: 03199202-6805.

PARAMETRO	PADRÃO DE POTABILIDADE Conforme a Portaria nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde	Sistema de Distribuição de Água		
		Número mínimo de amostras a serem coletadas	Número de amostras realizadas	Número de amostras fora do padrão
Cloro	Mínimo de 1,0 mg/L Cl <sub>2</sub>			
Turbidez	Mínimo de 5 UNT			
Cor residual livre	Mínimo de 0,2 mg/L Cl <sub>2</sub>			
Coliformes Totais	Ausência em 99% das amostras			
Coliformes Termotolerantes	Ausência em 100% das amostras			

Responsável Técnico pelo controle de qualidade da água:

Caso pagamento não seja feito no prazo estabelecido, haverá um acréscimo de 2% de multa mensal na primeira parcela e 1% na cada parcela seguinte, a partir do mês de vencimento.

**LATS**  
 SANEAMENTO  
 0006190270  
 DOCUMENTO  
 909402810

AGENCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO  
 HEB 2023 - PERÍODO  
 01/2023 17/02/2023  
 TOTAL A PAGAR R\$  
**135,01**



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FÁTIMA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

## ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Nos termos do Código Tributário Municipal - Lei nº 346/2009 de 20 de dezembro de 2009, Art. 93, do Seção III e Anexo IV concede-se o presente alvará de licença à empresa a seguir identificada, para exercer suas atividades, enquanto satisfeitas as exigências da legislação em vigor:

Inscrição Municipal: 05454	CNPJ / CPF: 15.151.736/0001-38
Razão Social: JOAO DO CARMO RIBEIRO DOS SANTOS	
Nome Fantasia: JOAO DO CARMO RIBEIRO DOS SANTOS	
Endereço: ROD BR 153 KM 558, QD. 0000, LT. 0000, BORRACHARIA MOURÃO, ZONA RURAL	
CNAE2/Fiscal:	Atividade Principal: SERVIÇOS DE BORRACHARIA EM GERAL
Ramo de Atividade:	
Início das Atividades: 24/01/2018	Horário de Atendimento:
Responsável pela Empresa:	Válido até: 31/12/2023
Emitido em: 23/01/2023	DUAM: 58470
Obs: ALVARÁ DE LICENÇA P/ FUNCIONAMENTO NO EXERCÍCIO DE 2023.	
Visto que recolheu aos cofres públicos a devida taxa de licença e funcionamento.	



LUIZ CARLOS VIANA VILA NEVADA  
SEC. MUN. ADMIN. E FINANÇAS



AFIXAR EM LOCAL VISÍVEL

# 2023



Processo Administrativo nº 056/2023

Dispensa de Licitação nº 037/2023

### JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PREÇO E ESCOLHA

INTERESSADO : Secretaria Municipal de Agricultura.

ASSUNTO : Prestação de Serviços de Borracharia, necessários para as Máquinas Pesadas, Caminhões, Tratores e Veículos Leves, Lotados na Secretaria Municipal de Agricultura.

#### I - DA NECESSIDADE DO OBJETO

Trata os presentes autos de procedimento que tem por objeto a **Prestação de Serviços de Borracharia, necessários para as Máquinas Pesadas, Caminhões, Tratores e Veículos Leves, Lotados na Secretaria Municipal de Agricultura.**

Após análise da proposta apresentada pela respectiva empresa, verificamos que referida solução revela-se imperiosa visando a melhoria na qualidade dos serviços prestados pela Comissão Permanente de Licitação de Oliveira de Fátima, especialmente por dinamizar e tornar mais eficiente o desenvolvimento das atividades do mencionado setor, portanto, caracterizada a oportunidade, conveniência e necessidade da presente contratação.

#### II - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

As Prestação de Serviços das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa à Prestação de Serviços.

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº



14.133/21, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade.

Licitar é regra. Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação.

Por conseguinte, o artigo 75, da Lei 14.133/21 elenca os possíveis casos de dispensa, em especial, para aquelas contratações que envolvam valores inferiores à R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a saber:

Art. 75. É dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

II - **para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;**

No caso em questão verifica-se a Dispensa de Licitação, tendo em vista enquadrar-se nos fundamentos jurídicos expostos acima, especialmente no art. 75, inc. II da Lei 14.133/21.

Inobstante o fato de a presente contratação estar dentro dos limites estabelecidos no art. 75, II da Lei 14.133/2021, o que justifica a contratação direta, vale tecer alguns comentários a despeito de eventual fragmentação de despesa, o que ensejaria afronta a Lei de Licitações.

Tanto a doutrina quanto a jurisprudência recomendam que nas compras deverão ser observadas as quantidades a serem adquiridas em função do consumo estimado. Portanto, deve haver um planejamento para a realização das compras, além disso, este planejamento deve observar o princípio da anualidade do orçamento. “Logo, não pode o agente público justificar o fracionamento da despesa com várias aquisições ou contratações no mesmo exercício, sob modalidade de licitação inferior àquela exigida pelo total da despesa no ano, quando isto for decorrente da falta de planejamento.” - Manual TCU.



#### IV – DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

Em análise aos presentes autos, observamos que foram realizadas pesquisas de preços junto a fornecedores, tendo a Empresa **JOÃO DO CARMO RIBEIRO DOS SANTOS** apresentado preços compatíveis com os praticados no mercado.

A aquisição disponibilizada pela empresa supracitada é compatível e não apresenta diferença que venha a influenciar na escolha, ficando está vinculada apenas à verificação do critério do menor preço.

#### V – DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O critério do menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar aos autos do respectivo processo pelo menos 03 (três) propostas.

No caso em questão verificamos, como já foi dito, trata-se de situação pertinente a Dispensa de Licitação.

De acordo com as diretrizes do Tribunal de Contas da União, a orientação é que no caso de dispensa e inexigibilidade seja obedecida à coleta de preços, que por analogia deve obedecer ao procedimento da modalidade convite que exige no mínimo três licitantes.

De acordo com a Lei 14.133/2021, após a cotação, verificado o menor preço, adjudica-se o serviço àquele que possuir o menor preço, a habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, e regularidade fiscal, de acordo com o que reza o art. 62 da Lei 14.133/2021, em seus incisos I, II, III, IV.

Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto ou serviço similar, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

#### VI – DA ESCOLHA

A empresa escolhida neste processo para sacramentar a contratação dos serviços pretendidos, foi:



- **A JOÃO DO CARMO RIBEIRO DOS SANTOS**, inscrita no CNPJ 15.151.736/0001-38, sediada na BR 153 KM 558 Zona Rural, S/N - Fátima-TO. valor total de R\$ 35.365,00 (Trinta e cinco mil, trezentos e sessenta e cinco reais).

## VII – DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL

Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no art. 62 da Lei 14.133/2021. Porém, excepcionalmente, a lei de regências prevê a possibilidade de dispensa de alguns dos documentos, notadamente, os previstos no Capítulo IV – Da Habilitação, conforme estabelecido no inciso III, art. 70 da Lei 14.133/2021.

A propósito, há recomendação do Tribunal de Contas da União, nesse sentido:

*“Deve ser observada a exigência legal (art. 29, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 1993) e constitucional (art. 195, § 3º, da CF) de que nas licitações públicas, mesmo em casos de dispensa ou inexigibilidade, é obrigatória a comprovação por parte da empresa contratada de:*

*Certidão Negativa de Débito (INSS - art. 47, inciso I, alínea a, da Lei nº 8.212, de 1991);*

*Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (SRF-IN nº 80, de 1997); e*

*Certificado de Regularidade do FGTS (CEF) (art. 27 da Lei nº 8.036, de 1990). Acórdão 260/2002 Plenário.*

Resta deixar consignado que a contratada demonstrou habilmente sua habilitação jurídica e regularidade fiscal conforme documentos anexos.

## VIII – CONCLUSÃO

Ante o exposto, verifica-se a possibilidade de aquisição pela Empresa **JOÃO DO CARMO RIBEIRO DOS SANTOS**, podendo ser adquirido pelo critério de Dispensa de Licitação, Artigo 75, inciso II da Lei 14.133/2021, respeitando a legislação vigente, para o qual solicitamos a possibilidade de viabilizá-lo, com a expedição do Termo de Ratificação do Processo.

Outros sim, em relação aos preços, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

Oliveira de Fátima, TO, 31 de Janeiro 2023.

ERASMO FONTES DA LUZ  
Secretário de Agricultura



**GABINETE DO PREFEITO**

**DECRETO Nº 003 DE 03 DE JANEIRO DE 2023.**

*Dispõe sobre a nomeação da Comissão Permanente de Licitação – CPL, do Município de Oliveira de Fátima, designa Pregoeiro Oficial e dá outras providências.*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FÁTIMA, ESTADO DO TOCANTINS**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais que lhe são conferidas por lei, sob demais prerrogativas existentes e tendo em vista a determinação contida no art. 51, § 1º da Lei n.º 8.666/93,

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica constituída a Comissão Permanente de Licitação – CPL constituída pelos servidores abaixo designados, para que no corrente exercício, proceda apreciação e julgamento de todas a licitações das modalidades previstas em lei, formalizados pelo Chefe do Poder Executivo e/ou pelos respectivos Gestores dos Fundos Municipais, sem prejuízos do exercício de suas funções na administração municipal:

- a) **ALDEMIR GONÇALVES GUIMARÃES**, inscrito no CPF 546.959.611-72 – (Presidente da CPL);
- b) **LUCIANA PEREIRA MENDES DA SILVA**, inscrita no CPF 031.147.031-94 – (Membro);
- c) **JOSÉ GARCIAS BARBOSA DE SOUSA**, inscrito no CPF 004.793.341-02 – (Membro).

**Art. 2º** - A Presidência da CPL caberá ao primeiro nomeado.



**GABINETE DO PREFEITO**

---

**Art. 3º** - Fica designado o servidor **LEANDRO DIAS DA SILVA**, para ser o Pregoeiro Oficial do Município de Oliveira de Fátima, ficando os demais membros da Comissão Permanente de Licitação - CPL, como equipe de apoio.

**Art. 4º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE FÁTIMA**, aos 03 dias do mês de janeiro de 2023.

**NEREU FONTES DA LUZ**  
**PREFEITO**

*Nereu Fontes da Luz*  
**Nereu Fontes da Luz**  
**Prefeito Municipal**  
**ADM 2021/2024**

**Processo Administrativo nº 056/2023**

**Dispensa de Licitação nº 037/2023**

## **ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

*“Dispõe sobre processo de dispensa de licitação para Serviços de Borracharia, necessários para as Máquinas Pesadas, Caminhões, Tratores e Veículos Leves, Lotados na Secretaria Municipal de Agricultura.*

**A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima-TO**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, e:

Considerando, os termos da solicitação proveniente do Termo de Referência, na Secretária da Agricultura deste Município, que informa para Serviços de Borracharia, necessários para as Máquinas Pesadas, Caminhões, Tratores e Veículos Leves, Lotados na Secretaria Municipal de Agricultura.

Considerando, a manifestação do Departamento de Compras, com o fim de apresentar a melhor proposta apresentada, bem como verificação de habilitação jurídica, fiscal e técnica da empresa vencedora;

Considerando, a Nota de Dotação Orçamentária do Departamento de Contabilidade, declarando previsão orçamentária junto ao Orçamento Municipal;

Considerando, a Nota de Programação Financeira da Secretaria Municipal de Finanças, declarando saldo disponível junto ao Tesouro Municipal;

Considerando, a Justificativa da Prestação de Serviço, do preço e da razão da escolha do fornecedor da CPL, a qual apontou as normas legais que possibilitam a dispensa do processo licitatório nos casos como o presente, no Parecer Jurídico, principalmente o artigo 75, II, da Lei Federal 14.133/2021;

Considerando, por fim, o Parecer Jurídico detalhando e especificando a dispensa da licitação de conformidade com a Lei, estabelecidas e executadas por município;



**RESOLVE:**

**Art.1.º DISPENSAR** a realização de licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações, para aquisição pela Empresa **JOÃO DO CARMO RIBEIRO DOS SANTOS**, inscrita no CNPJ sob o nº **15151.736/0001-38** no valor global de **R\$ 35.365,00 (Trinta e cinco mil, trezentos e sessenta e cinco reais)**.

**Art.2.º** Este Ato entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

**Comissão Permanente de Licitação de Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima, Estado do Tocantins, aos 31 dias do mês de Janeiro de 2023.**

  
**ALDEMIR GONÇALVES GUIMARÃES**  
Presidente da CPL



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 056/2023**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 037/2023**

**RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Em vista da justificativa e fundamentações retro relatadas e, levando-se em considerações os termos do Parecer Jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, **RATIFICO**, nos termos da justificativa acima, a prestação de serviço pela empresa **JOÃO DO CARMO RIBEIRO DOS SANTOS. BR 153 KM 558 Zona Rural, S/N- Fátima -TO, com Dispensa de Licitação.**

Oliveira de Fátima, TO, 31 de Janeiro de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
NEREU FONTES DA LUZ  
PREFEITO MUNICIPAL

Valor total da despesa: R\$ 35.365,00 (Trinta e Cinco mil, trezentos e sessenta e cinco reais).

Pagamento: conforme previsão



**INTERESSADO:** Secretaria Municipal de Agricultura

**ASSUNTO:** Prestação de serviços de Borracharia necessário para os veículos da Secretaria Municipal de Agricultura.

### PARECER TÉCNICO

Versam os autos sobre procedimento acerca de Procedimento de Dispensa de Licitação, de interesse da **Secretaria Municipal de Agricultura**, cujo objeto é **Prestação de serviços pela empresa JOÃO DO CARMO RIBEIRO DOS SANTOS – CNPJ: 15.151.736/0001-38** com serviços de Borracharia necessários para os máquinas pesadas, caminhão, trator e veículos leves lotados na Secretaria de Agricultura de Oliveira de Fátima – TO. Conforme **Processo Administrativo de nº. 056/2023.** Com **Valor Total de R\$ 35.365,00** (Trinta e cinco mil, trezentos e sessenta e cinco reais).

DOTAÇÕES				
SECRETARIA	DOTAÇÃO	ELEMENTO	DC	VALOR R\$
Secretaria de Agricultura	10.0006.20.606.1014.2176	3.3.90.39	119	R\$ 35.365,00

Com base nas informações contidas no procedimento em análise, procedemos à análise e destacamos os seguintes aspectos considerados relevantes:

1. O processo foi devidamente autuado, com numeração de páginas, contendo carimbo do órgão e visto dos responsáveis, conforme solicitado no Art. 12, e seguintes da Lei 14.133/21.
2. Consta **Solicitação de Prestação de Serviço, bem como, Termo de Referência**, considerando sobre a finalidade do objeto e indicação detalhada dos recursos orçamentários, conforme solicitado nos Requisitos essenciais do ato administrativo/direito administrativo, Art. 18, Lei 14.133/21;
3. Consta **Pesquisa de Mercado (cotação de preço)**, para estipular o valor estimado do bem ou serviço a ser executado, conforme solicitado no Art. 72, I, da Lei 14.133/21;
4. Consta **Despacho do Departamento de Compras**, a manifestação para Declaração de Disponibilidade Orçamentária e Financeira;

5. O recurso orçamentário necessário para a despesa (exercício de 2023), foram devidamente detalhado no **Despacho Orçamentário e Financeiro**;
6. Consta, **Despacho Orçamentário e Financeiro** declarando haver saldo financeiro disponível para atender aos serviços contratados;
7. Consta **cópia do Ato de Indicação da Comissão de Licitação**, conforme art. 6º, L, da Lei 14.133/21;
8. Consta **Justificativa do preço e da razão da escolha do fornecedor**, conforme Art. 72, Inc. VII, da Lei 14.133/21;
9. Consta o **Parecer prévio da Assessoria Jurídica**, conforme solicitado no Art. 72, III, da Lei 14.133/21;

Relatados acima os principais atos praticados nesta fase processual, salientamos que deverão ser cumpridas as determinações da **Lei 14.133/21**.

Diante do exposto acerca do conteúdo dos autos, infere-se que os procedimentos realizados até o momento atende às exigências legais, não contendo impropriedades que óbice o andamento do certame.

Encaminhem-se os autos a **Secretaria Municipal de Agricultura** para apreciação e adoção das providencias para confecção do contrato.

**É o Parecer.**

**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**, Poder Executivo Municipal, em Oliveira de Fátima, Estado do Tocantins, aos 31 dias do mês de Janeiro de 2023.



Marília Fernandes Alves de Oliveira  
CONTROLADORA GERAL  
Decreto nº 044 de 01 de Abril de 2022

**MARÍLIA FERNANDES ALVES DE OLIVEIRA**  
**CONTROLADOR GERAL**

Decreto nº. 044 de 01 de Abril de 2022



## **EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 027/2023**

**CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FÁTIMA/TO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.629.809/0001-40, sediada à Avenida Bernardo Sayão, s/n, Centro, da cidade de Oliveira de Fátima/TO, CEP.: 77.558-000, possuindo o telefone (63) 3335-1169, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. **NEREU FONTES DA LUZ**, brasileiro, solteiro, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF 812.493.731-15 e portador da cédula de identidade sob o n.º 308.715 2ª Via, residente e domiciliado no Município de Oliveira de Fátima, CEP 77558-000, possuindo o telefone (63) 9996-9298 e o e-mail: nereuluz@outlook.com.

**CONTRATADA: JOAO DO CARMO RIBEIRO DOS SANTOS-ME** inscrito no CNPJ sob o n.º 15.151.736/0001-38, com sede na rodovia BR 153 Km 558 Zona Rural, s/n.º Fátima-TO, tendo como seu representante legal o Senhor. **JOÃO DO CARMO RIBEIRO DOS SANTOS**, brasileiro, empresário, **RG n.º 147379, SSP/TO, CPF n.º 783.503.281-34**, residente e domiciliado no Centro de Fátima -TO.

**DO VALOR: R\$ 35.365,00 (trinta e cinco mil trezentos e trinta reais)**

**VIGÊNCIA:** 01/02/2023 a 30/12/2023.

**DOTAÇÃO:** Unidade orçamentária: **20.606.1014.2176** (manutenção das atividades administrativas da secretaria da agricultura); - elemento de despesa: - **3.3.90.39** (serviço de pessoa Jurídica).

**DO OBJETO DO CONTRATO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA NECESSARIOS PARA ASMAQUINAS PESADAS, CAMINHÃO, TRATOR E VEICULOS LEVES LOTADOS NA SECRETARIA DA AGRICULTURA DE OLIVEIRA DE FÁTIMA-TO.**

Oliveira de Fátima/TO, 01 de fevereiro de 2023.

  
**ROSANE VANDERLEY DE MELO**  
Gestora de Contratos